



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Mobilização avança contra retrocessos

Como resultado da intensa atuação das Associações, entre elas a Amagis, o Senado aprovou, com alterações, dia 26 de abril, o projeto de abuso de autoridade, retirando pontos nocivos à Magistratura. Agora, vai à Câmara dos Deputados. Mesmo com a vitória parcial, a mobilização e vigilância serão mantidas para impedir outras tentativas de retrocessos, como as previstas na Reforma da Previdência. No dia 28 de abril, a Amagis participou de mais um ato público pela independência da Justiça. **PÁGINAS 3 a 5**

União por mais segurança

TIAGO PARRELA



Membros de Associações de vários estados participaram da reunião na Amagis

A Amagis recebeu, no dia 24 de abril, representantes de Associações de magistrados, que participaram da reunião inédita da Secretaria de Segurança de Magistrados da AMB. Foram debatidas propostas para uma política capaz de garantir a segurança de juízes e fóruns. **PÁGINA 6**

Integramagis completa 15 anos

GEORGIA BACVAROFF



Ziraldo atraiu público de todas as idades

Na celebração dos seus 15 anos, o Integramagis confirmou mais uma vez sua vocação para união da classe. Mais de 250 pessoas, entre magistrados e seus familiares, participaram da comemoração marcada por homenagens e pela palestra do cartunista e escritor Ziraldo, que, de forma irreverente, abordou a velhice, dando o clima de descontração da noite, uma das características do Integramagis. **PÁGINAS 23 e 24**

Mobilização cresce e avança para impedir retrocessos e prejuízos

MAURÍCIO SOARES*

O verdadeiro plantão que temos mantido em Brasília deixa claro, cada vez mais, que o processo exige paciência, determinação e mobilização e que ainda está longe de acabar. Até agora, não há vencidos nem vencedores, especialmente quando podemos estar atentos e vigilantes em um esforço concentrado de diálogo e convencimento dos parlamentares para impedir a aprovação de matérias que interferem em nossas garantias e prerrogativas.

Nosso trabalho junto aos congressistas tem produzido efeitos para retirar imperfeições, equívocos e inconsti-

tucionalidades de propostas, como a da reforma previdenciária, do abuso de autoridade e a que extingue o fundo de aparelhamento do Judiciário.

Ainda na Câmara, estamos atentos e em constante interlocução para derrubar dispositivo do projeto (PLP nº 343/2017), que, ao instituir o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, extingue o fundo de reaparelhamento do Judiciário, cujos recursos são imprescindíveis para a manutenção dos tribunais nos Estados.

Cada um dos parlamentares terá a oportunidade de conhecer a importância do fundo e também a inconstitucionalidade da medida, tendo em vista que o orçamento do Judiciário, depois de aprovado, não pode ser alterado pelo Executivo ou Legislativo.

“Mudanças feitas na reforma da Previdência mantêm graves equívocos e injustificáveis retrocessos”

Como está, a proposta é extremamente nociva para a gestão dos tribunais, gerando situação de caos e afetando a autonomia do Judiciário, bem como a garantia constitucional de separação dos poderes.

Em relação à reforma da Previdência, caso mantida a proposta, o quadro continua desfavorável. As mudanças feitas até agora mantêm graves equívocos e injustificáveis retrocessos perante os servidores públicos, que sustentam o funcionamento do Estado brasileiro, inclusive o Poder Judiciário e o Ministério Público. Se pune o setor público, afeta também o conjunto da classe trabalhadora.

As Associações, entre elas a Amagis, têm lutado incansavelmente em todas as oportunidades para melhorar os projetos que envolvem o Judiciário e a Magistratura. Como para toda a sociedade, o momento é de avanço e de mobilização de forma que a Magistratura se imponha e seja ouvida em todas as matérias relacionadas à classe e à independência dos Poderes. ■

Continuaremos atuando para melhorar ainda mais o projeto ao longo da tramitação no Congresso, agora vai à Câmara dos Deputados, até que todos os parlamentares percebam a gravidade de mudanças para o exercício da atividade.

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Ato reafirma e defende independência da Justiça

PÁG 03

Associações barram retrocesso no PL do abuso de autoridade

PÁG 04

Associações debatem política de segurança

PÁG 06

Suspeitos de ataques a fóruns são presos

PÁG 07

Projeto resgata jovens

PÁG 08

Vara de tóxicos diminui acervo

PÁG 10

MagisCultura celebra Vivaldi Moreira e AML

PÁG 11

Depoimento Especial

PÁG 12

Sede campestre é modernizada

PÁG 15

TRE antecipa biometria em BH

PÁG 16

TRE-MG elege novos presidente e vice

PÁG 18

SAÚDE!

Ziraldo leva descontração ao Integramagis

PÁG 23

Programa faz 15 anos de integração da classe

PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)

ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Ato reafirma e defende independência da Justiça

Associações realizaram mobilização no Foro Trabalhista

FOTOS: TIAGO PARRELA



Certo de que é preciso manter a mobilização permanente da Magistratura, mesmo com os avanços mais recentes obtidos em Brasília (veja mais na página 4), o presidente da Amagis, Maurício Soares, participou, no dia 28 de abril, do Ato Público em defesa da independência da Magistratura e do Ministério Público, realizado no Foro Trabalhista de Belo Horizonte. O ato foi realizado em protesto contra as reformas trabalhistas e previdenciária e o projeto sobre abuso de autoridade.

O presidente Maurício Soares, que tem participado ativamente de reuniões com deputados e senadores no Congresso Nacional, destacou a importância do ato realizado em Belo Horizonte para demonstrar aos parlamentares a preocupação das carreiras jurídicas com as reformas propostas. "As reformas afetam não só a Magistratura e os membros do Ministério Público, mas toda a sociedade. É preciso esclarecer o quanto essas medidas afetam o sistema de Justiça e buscar um convencimento dos parlamentares", afirmou.

Durante o ato, o juiz federal Alexandre Ferreira Infante, secretário-geral da Associação dos Juizes Federais do Estado de Minas

Maurício Soares durante ato no Foro Trabalhista

Gerais (Ajufemg), disse que é importante que a sociedade e as instituições continuem pressionando para reverter essas medidas. Já o juiz federal André Prado de Vasconcelos, vice-presidente da 1ª região da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), destacou que é importante atuar no campo da informação, combatendo as propagandas que defendem as medidas tomadas pelo Governo Federal e esclarecendo a população.

JUSTIÇA DO TRABALHO

O presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho 3ª região (Amatra III), juiz Glauco Becho, classificou como absurdas as reformas trabalhistas e previdenciárias, cujos efeitos, de acordo com ele, irão gerar prejuízos tanto para os juizes do trabalho

quanto para a sociedade.

A procuradora Adriana Augusta de Moura Souza, do Ministério Público do Trabalho, também afirmou que é um dever do governo realizar um debate honesto com a sociedade e ressaltou sua preocupação com a Justiça do Trabalho e, principalmente, com o trabalhador, que, com as mudanças propostas, não conseguirá ter acesso a seus direitos.

No dia 19 de abril, a Frente Associativa da Magistra-

tura e do Ministério Público (Frentas) divulgou nota pública na qual afirma que a Reforma Trabalhista é o maior projeto de retirada de direitos trabalhistas desde a criação das Consolidações das Leis Trabalhista (CLT).

A Frentas destacou ainda que a proposta suprime direitos materiais e processuais constantes na CLT e representa uma evidente agressão à jurisprudência consolidada dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior do Trabalho. ■



Magistrados e servidores na mobilização

Associações barram retrocesso no PL do abuso de autoridade

Substitutivo aprovado no Senado alterou pontos nocivos à Magistratura

A atuação permanente das Associações de classe de todo o País, entre elas a Amagis, começou a dar os primeiros resultados. No dia 26 de abril, o plenário do Senado aprovou o substituto do senador Roberto Requião aos PLS 280/2016 e 85/2017, que altera a definição dos crimes de abuso de autoridade.

Na avaliação do presidente da Amagis, Maurício Soares, que acompanhou toda a discussão sobre os projetos, a mudança no texto representa significativo avanço para a Magistratura. Ele garantiu ainda que as Associações permanecerão vigilantes para impedir qualquer tipo de retrocesso no Congresso Nacional que afete o Poder Judiciário e a Magistratura.

O substituto aprovado pelo Senado altera a redação do artigo 3º, no qual, inicialmente, havia previsão de punição para casos de abuso de autoridade pública, sob responsabilidade exclusiva do Ministério Público (MP); e privada, permitindo que qualquer pessoa que se sentisse prejudicada entrasse em juízo. A versão final do documento adotou a mesma redação do Código de Processo Penal, e só caberá ação penal privada se o MP não propuser ação pública no prazo legal.

A redação do segundo parágrafo do artigo primeiro também foi alterada, com a supressão da expressão "necessariamente razoável e fundamenta", sob a alegação de que a interpretação é subjetiva e abriria brecha para o crime de hermenêutica. O projeto segue agora para tramitação na Câmara dos Deputados.

FUNDO DO JUDICIÁRIO

As Associações trabalham ainda para garantir que emendas ao PLP 343/17, que trata da renegociação das dívidas dos Estados,

FOTOS: AMB

Dirigentes de Associações com o senador Renan Calheiros



Encontro com o deputado Federal Hugo Leal



sejam acolhidas pelos deputados em favor do Poder Judiciário. O projeto foi aprovado no dia 18 de abril, mas os destaques não foram apreciados ainda. Uma das prioridades é a aprovação do destaque 23, que suprime o artigo 11 do substitutivo, que extingue o fundo de aparelhamento do Poder Judiciário.

No dia 19 de abril, o presidente Maurício Soares, a presidente interina da AMB, Julianne Marques, o vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos

Jurídicos da Associação nacional, desembargador Nelson Missias de Moraes, e a assessora da presidência da AMB Miriam Vaz Chagas entregaram Nota Técnica da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), sobre as consequências negativas que o PLP 343/17 poderá ter para o Poder Judiciário.

Ainda no dia 19, a Frentas veiculou nota pública na qual afirma que a Reforma Trabalhista é o maior projeto de retirada de direitos de trabalhadores já dis-

cutido no Congresso Nacional desde a criação da CLT.

No dia 17 de abril, a Frente divulgou nota pública defendendo que não constasse no relatório da Reforma da Previdência, de acordo com notícias divulgadas, que aos servidores públicos ingressos antes de 2003 seria imposta a idade mínima de 65 anos para se aposentar com as condições que lhe são garantidas pela Constituição. Veja na página ao lado imagens da intensa atuação das Associações em Brasília. ■



Dirigentes de Associações mantiveram intensa agenda com os parlamentares

Associações debatem política de segurança

AMB lançou cartilha com dicas para magistrados na sede da Amagis

TIAGO PARRELA



Maurício Soares com dirigentes da AMB e o presidente do TJMG no auditório da Amagis, em BH

Com a participação de representantes das Associações de Magistrados de vários estados, a AMB realizou, em parceria com a Amagis, no dia 24 de abril, em Belo Horizonte, a primeira reunião da Secretaria de Segurança de Magistrados da Associação nacional, para discutir uma política de segurança para os magistrados e fóruns. No evento, também foi lançada a cartilha “Magistrados seguros: dicas preventivas de segurança”.

O presidente Maurício Soares destacou que a reunião é importante para demonstrar que a Magistratura está unida e atenta a agressões contra os serviços judiciários e juizes, que, para ele, são uma ameaça a toda a sociedade e ao Estado de Direito. Na avaliação de Maurício Soares, o lançamento da cartilha na Amagis é um reconhecimento da AMB do papel desempenhado pelo Judiciário e pela Magistratura mineiros na luta pela segurança dos magistrados e nos fóruns.

O presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, afirmou que a elaboração e lançamento da cartilha foram o pontapé inicial para a sua gestão aprofundar as discussões junto aos magistrados. Jayme de Oliveira ressaltou a importância de que políticas de médio e longo prazos possam ser definidas, para que a questão da segurança dos magistrados não seja tratada somente em momentos de crise. “Nós não podemos ficar sempre agindo a reboque dos acontecimentos”, disse o presidente da AMB ao apontar a necessidade de que a discussão seja feita com regularidade.

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, manifestou seu apoio à iniciativa da AMB e das Associações, e afirmou que é preciso avançar e que os tribunais tenham em seu orçamento a previsão legal de investimentos em

segurança. Herbert Carneiro destacou que, em Minas Gerais, há o Fundo Especial do Poder Judiciário, criado em 2013, confirmando que o Tribunal mineiro tem dispensado recursos para a segurança dos frequentadores dos fóruns, em especial dos magistrados, via Centro de Segurança Institucional (Cesi) do TJMG, que é presidido pelo desembargador Estevão Lucchessi.

MANUAL DE SEGURANÇA

Responsável pela elaboração da cartilha, o desembargador Wanderley Salgado de Paiva, secretário-adjunto de Segurança de Magistrados da AMB, frisou a importância da criação de departamentos de segurança nas associações de classe, para dar suporte e tranquilidade aos juizes, garantindo que eles prossigam sua atuação de forma independente. O manual teve como referência o modelo do TJMG no período em que o desembargador atuou no Cesi.

Na avaliação do presidente da Comissão Permanente de Segurança da Amagis, desembargador José Osvaldo Corrêa

Furtado de Mendonça, o engajamento das associações é importante para que haja o compartilhamento de informações, e para que a política de segurança seja desenvolvida de forma integral.

O desembargador Nelson Missias de Moraes, vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, disse que a segurança dos magistrados é uma bandeira histórica das Associações, e que o desembargador Reynaldo Ximenes, no período em que presidiu a Amagis, já enfrentava problemas nessa área. Para o magistrado, o debate sobre segurança é uma pauta bastante densa e importante para a Magistratura brasileira.

Durante a reunião, foram apresentadas propostas de como atuar para que os Tribunais de Justiça incluam no orçamento verbas para a segurança dos fóruns e dos Magistrados, a realização de cursos de segurança, e a educação do magistrado na adoção de medidas preventivas de segurança.

A cartilha “Magistrados seguros: dicas preventivas de segurança” está disponível no link <http://bit.ly/2plMefw>. ■



A cartilha de segurança está disponível no site <http://bit.ly/2plMefw>

Suspeitos de ataques a fóruns são presos

Presidente da Amagis reúne-se com magistrados no Sul de Minas

No dia 6 de abril, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com juizes da Comarca de São Lourenço, no Sul de Minas, um dia depois que três homens suspeitos de ataque ao Fórum foram presos. Dois dias antes, outro foi detido por ser acusado de disparar três tiros contra o Fórum da Comarca de Passa Quatro, na mesma região.

O presidente da Amagis conversou sobre as propostas para ampliar a segurança nos fóruns mineiros, como o reforço do policiamento nos prédios do Judiciário. Ainda no encontro, falou também sobre a interlocução com os parlamentares em Brasília e em Minas Gerais, para tentar impedir a votação de pontos na Reformada da Previdência que prejudicam as carreiras jurídicas, como a Magistratura e o Ministério Público.

Maurício Soares ainda destacou a tramitação do PLS 280, que define os crimes de abuso de autoridade, que, nos últimos meses, gerou fortes reações de associações de classe de todo o País, como a Amagis, que são contrárias à proposição (*Leia mais na página 4*). O vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, participou da reunião em São Lourenço.

ENCOR

Em São Lourenço, o presidente da Amagis e o vice-presidente Financeiro participaram do 21º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, realizado em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e a Amagis, reunindo magistrados de 80 comarcas.

Maurício Soares apontou que os encontros são uma oportunidade para a diretoria atualizar os magistrados sobre as últimas ações da Amagis em nível nacional e estadual e, principalmente,

Reunião com magistrados na Comarca de São Lourenço

FOTOS: TIAGO PARRELA



ouvir as sugestões dos juizes das comarcas do interior. "A Amagis está empenhada em defender os interesses da classe nos projetos que tramitam no Congresso Nacional", reafirmou o presidente.

Na abertura do Encor, o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça, apontou a importância do papel do juiz enquanto gestor para o planejamento estratégico da unidade judiciária. O 2º vice-presidente do TJMG e superin-

tendente da Ejef, desembargador Wagner Wilson, salientou que magistrados são também gestores dos processos, dos recursos e das pessoas, exercendo um papel de liderança nas comarcas onde atuam.

Representando o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador Geraldo Augusto, disse que o momento exige habilidade e criatividade na gestão pública e, em cada comarca, pelos juizes.

JANUÁRIA

Ainda em abril, no dia 5, por meio de nota, o presidente da Associação contestou publicamente notícias inverídicas sobre a atuação da juíza Bárbara Lívio, da 2ª Vara da Comarca de Januária (Norte de Minas). No documento, Maurício Soares reafirmou a confiança e o apoio da Associação no trabalho da magistrada, especialmente no momento em que ela julga processos ligados a grupos poderosos da região. ■

Magistrados durante o 21º Encor



Projeto resgata jovens

‘Resgatando Vidas’ auxilia crianças e adolescentes de Machado

ARQUIVO PESSOAL



Cursar uma faculdade ou apenas conseguir um bom emprego. Esses são sonhos simples da maioria dos jovens do País, que, a depender das condições sociais, muitas vezes são difíceis de realizar. Na Comarca de Machado (Sul de Minas), o projeto Resgatando Vidas, criado pelo juiz Fernando Antônio Tamburini tem contribuído para que, aos poucos, esse quadro seja mudado.

De acordo com o magistrado, algumas crianças e adolescentes capacitadas pelo programa, criado há sete anos, hoje, frequentam a universidade ou estão trabalhando em empresas da cidade, servindo ainda de exemplo para aqueles que participam do ‘Resgatando Vidas’ mantenham-se afastados da criminalidade e das drogas.

Sede do Resgatando Vidas, em Machado, no Sul de Minas

“Além de projetar o Poder Judiciário como fomentador de atividades sociais, o projeto tem contribuído para resgatar a autoestima e a cidadania dos participantes e de suas famílias, além de servir como instrumento para manter crianças e jovens afastados da criminalidade”, avaliou Fernando Tamburini.

Atualmente, o ‘Resgatando Vidas’ atende a 30 crianças, entre 9 e 13 anos, e a 15 adolescentes, de 14 a 18 anos incompletos, que fazem cursos de design, moda, customização e de noções básicas de informática, além praticar atividades culturais e esportivas em um prédio do Campus Machado do Instituto Federal de Educação, que cedeu o espaço por meio de uma parceria com a Associação Resgatando Vidas.

A integração entre o Judiciário e a comunidade de Machado é

um dos fatores que tem garantido a realização do programa nesses sete anos. A criação da associação também foi importante para viabilizar parcerias que incluem apoio financeiro. Segundo o juiz Fernando Tamburini, a população participa com a promoção de palestras, apoio psicológico, pedagógico e religioso. O projeto ainda conta com parcerias dos conselhos e escolas municipais.

As crianças e adolescentes atendidos pelo programa vivem em situação de vulnerabilidade social, e, muitas vezes, vêm de famílias com histórico de envolvimento com drogas e violência doméstica. Para participar do programa, basta estar matriculado na escola, frequentar as aulas, ter boas notas e não se envolver em brigas. ■

Instituto Mineiro de Perícias



Um olhar técnico a favor da

verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

Comitê democratiza gestão do TJ

Governança colaborativa faz parte da política de atenção ao 1º grau de jurisdição

GEORGIA BAÇVAROFF



Membr
do Comitê
Gestor do
TJMG

Com a participação de 11 magistrados (três desembargadores e oito juízes) e oito servidores, atuando em cinco diferentes regiões de Minas Gerais, o Comitê Gestor Regional do TJMG foi criado no dia 3 de março. A iniciativa representa avanço na política de atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição do Conselho Nacional de Justiça, democratizando ainda a gestão do Tribunal.

Segundo o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, a instalação do comitê traz como um dos grandes benefícios a implantação de uma governança colaborativa. “Com ela, magistrados e servidores participarão, com maior intensidade e mais diretamente, das diversas e importantes questões de gestão da instituição. Sem dúvida, isso trará uma administração mais democrática, com maior diálogo e comprometimento de todos”, afirmou o presidente do Tribunal, que destacou ainda o auxílio da Amagis na implantação do comitê e na eleição de seus membros.

Representante da região Leste no comitê, o juiz Danilo Couto Lobato Bicalho, disse que a expectativa é de que os magistrados sejam ouvidos e valorizados, que seus pleitos e sugestões possam

ser acolhidos. Para ele, no entanto, somente a implantação do comitê é insuficiente para que sejam alcançados os avanços necessários para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. “É necessário que todos se empenhem para que a semente que foi lançada possa gerar frutos”, comentou.

O comitê terá pela frente a tarefa de alinhar o planejamento estratégico do TJMG aos objetivos e linhas de ação da política nacional de atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição, que prevê a equalização da força de trabalho de acordo com a demanda de processos de cada instância do Judiciário, adequação orçamentária e investimentos em infraestrutura e tecnologias apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.

A política de atenção ao primeiro grau incentiva ainda o diálogo do Poder Judiciário com a sociedade e com instituições públicas e privadas, o fomento da formação continuada de magistrados e a realização de estudos e pesquisas sobre o funcionamento da Justiça de primeira instância. Veja a portaria Nº 3.626/PR/2017, com a composição completa do Comitê Gestor do TJMG, no endereço eletrônico <http://bit.ly/2oq0mBe>. ■



Veja a
composição
do comitê
no link
<http://bit.ly/2oq0mBe>

CURSOS PARA MAGISTRADOS NO EXTERIOR

O TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Período: 20 a 22 de novembro

Local: Escola da Magistratura da França (Paris/França)

Inscrições: até o dia 31 de maio

Vagas: 7

Observações: As vagas serão definidas pela análise do currículo. O curso só será realizado com quórum mínimo de 20 interessados. Não há tradução simultânea; o magistrado deve ter proficiência da língua francesa.

O JUIZ E O MEIO AMBIENTE: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE

Período: 09 a 12 de outubro

Local: Escola da Magistratura da França (Paris – França)

Inscrições: até o dia 31 de maio

Vagas: 7

Observações: As vagas serão definidas pela análise do currículo. O curso só será realizado com quórum mínimo de 20 interessados. Não há tradução simultânea; o magistrado deve ter proficiência da língua francesa.

INTRODUÇÃO AO SISTEMA LEGAL NORTE-AMERICANO - INTRODUCTION TO US LEGAL SYSTEM

Período: 24 de julho a 04 de agosto

Local: University of Illinois/ College of Law (Champaign, Illinois – EUA).

Inscrições: até 31/05/2017

Vagas: 15

Observações: As vagas serão definidas pela análise do currículo. O curso só será realizado com quórum mínimo de 15 interessados. Não há tradução simultânea; o magistrado deve ter proficiência da língua inglesa.

CURSO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA PARA MAGISTRADOS

Período do curso: Setembro

Local: Condado de Lake (Orlando – EUA).

Inscrições: até o dia 30 de junho

Total de vagas: 25

Observações: O curso só será realizado com quórum mínimo de 20 magistrados confirmados/pagantes.

Saiba mais no site enm.org.br

Vara de tóxicos diminui acervo

Redução em 38,8% é atribuída à gestão com foco nos resultados

IZABELA MACHADO

A 3ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte conseguiu reduzir seu acervo processual físico em 38,8%, em 2016. Somente nos três primeiros meses de 2017, o percentual de redução já é de 9,67%. Nesse período, foram proferidas 387 sentenças e 1.340 despachos, com 530 processos distribuídos.

Esses números foram alcançados, segundo a juíza titular da vara, Riza Aparecida Nery, devido ao empenho dos assessores, servidores e estagiários e ao trabalho de gestão com foco nos resultados.

Para se chegar ao resultado expressivo, a vara adotou medidas como cumprimento dos despachos em até 24 horas; manutenção, pelo escrivão, do decurso de prazo diário; e integração permanente entre gabinete e secretaria.

O escrivão da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, Alexandre de Menezes Pimenta, atribui o bom desempenho ao trabalho em equipe e à divisão de tarefas no sistema de cooperação. Ele contou que, em caso de férias ou dispensa de servidor, as funções são divididas entre os demais funcionários da vara.

“Dessa forma, o serviço não acumula e, quando o servidor volta de férias, sabe que não terá um volume excessivo de demandas”, disse Pimenta.

Os esforços da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte não se concentram apenas na redução do acervo. A diminuição dos custos de execução e a economia de recursos também são alvos da atenção dos funcionários.

Segundo a juíza Riza Nery, o magistrado precisa ater-se ao aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público. Além disso, ela defendeu o uso sustentável de recursos naturais e a redução do impacto negativo das atividades no meio ambiente.

Por isso, as impressões das cargas da secretaria são feitas em papel de rascunho e na opção frente/verso; as aquisições são feitas em uma via; os servidores usam apenas utensílios não descartáveis; entre outras ações.

“Funcionando bem, sem retardo no andamento dos processos e com gestão eficiente dos gastos públicos, o Judiciário pode verificar o modelo de trabalho e aplicá-lo em outros setores”, sugeriu Riza Nery. ■

IZABELA MACHADO



Juíza Riza Nery com servidores da Vara de Tóxicos



Audi: uma das grandes decisões da sua vida

Conheça a nova parceria entre AMAGIS e Audi Center BH e garanta benefícios sob medida para seu nível de exigência, além de descontos exclusivos.



Até **12%**
de desconto

Audi. Produzido no Brasil. Todos Juntos fazem um trânsito melhor.

Audi Center Pampulha

Av. Antônio Carlos, 6366
3401.0101 📞 97169.9813

Audi Center Raja

Av. Raja Gabaglia, 4181
3298.6600 📞 99631.0224

audicenterbh.com.br

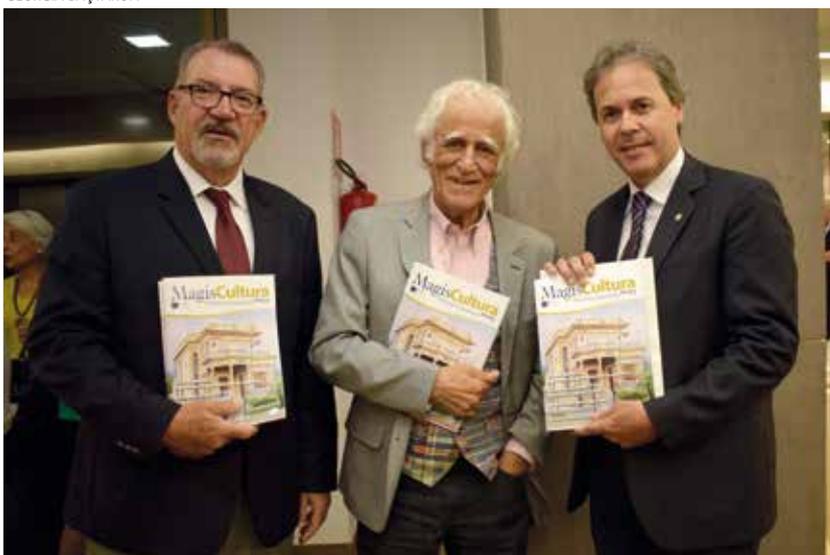


@audicenterbh

MagisCultura celebra Vivaldi Moreira e AML

Revista de cultura da Magistratura chegou à sua 17ª edição

GEORGIA BACVAROFF



Renato Jardim, Zivaldo e Maurício Soares no lançamento da revista

Lançada durante a celebração dos 15 anos do Integramagis, a 17ª edição da Revista MagisCultura Mineira – publicação que reúne contos, crônicas, poemas, artigos, resenhas, ilustrações, fotografias e pinturas dos magistrados mineiros – homenageia o escritor Vivaldi Moreira e a Academia Mineira de Letras (AML).

Segundo o presidente do Conselho Editorial da MagisCultura, juiz Renato César Jardim, a homenagem ao escritor e à AML reforça a interlocução com a instituição da qual a Amagis é parceira em iniciativas como o 'Livro de Graça na Praça'. "Nós temos muitos contatos com os acadêmicos que já estiveram presentes na nossa revista. É importante para nós fazer esse entrelaçamento com a Academia Mineira de Letras", afirmou.

Ao receber a revista, o escritor e cartunista Zivaldo, que participou do lançamento, elogiou a publicação e disse que vê como algo natural que os magistrados tenham gosto pela escrita. "Todo jovem que tem gosto pela literatura, geralmente, segue o caminho do Direito. É natural que a catego-

ria jurídica tenha gosto pela escrita, pela poesia", comentou.

A homenagem especial a Vivaldi Moreira foi escrita pelo desembargador aposentado Gutemberg da Mota e Silva, que assina os textos 'Livros levam o menino da Fazenda do Tanque à Academia Mineira de Letras' e 'Fundada em Juiz de Fora, Academia ficou 25 anos sob o comando de Vivaldi Moreira'.

No primeiro ensaio, Mota e Silva conta passagens da vida do escritor como a mudança para a Fazenda do Tanque, a primeira aula na escola rural, sua experiência como jornalista e a paixão pela leitura e pela escrita. Já no segundo texto, o magistrado narra a importância de Vivaldi Moreira para AML, que teve um papel fundamental para que a Academia pudesse instalar, no Palacete dos Borges, sua sede.

Como parte da homenagem à Academia Mineira de Letras, a MagisCultura traz em sua capa uma ilustração da artista plástica Sandra Bianchi, que retrata a sede da AML, localizada na Rua da Bahia, 1.466, no Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte. ■

TEXTOS E AUTORES DA 17ª MAGISCULTURA

- ✦ **O enterro do covoeiro**
Renato Jardim
- ✦ **A Ceia dos Energúmenos**
Renato Zupo
- ✦ **O juiz e a vaca**
Maria Elisa Chaves Machado
- ✦ **Santidade irrevelada**
José Fernandes Filho
- ✦ **Livros levam o menino da Fazenda do Tanque à Academia Mineira de Letras**
Gutemberg da Mota Silva
- ✦ **Fundada em Juiz de Fora, Academia ficou 25 anos sob o comando de Vivaldi**
Gutemberg da Mota Silva
- ✦ **Dia feriado**
Vivaldi Moreira
- ✦ **Fernando Sabino, o menino que escrevia**
Rogério Medeiros Garcia de Lima
- ✦ **Dois estrelas**
Christiane de Almeida Alvim
- ✦ **Dois poemas**
José Maria Vieira Starling
- ✦ **Três poemas**
Llewellyn Medina
- ✦ **Poemamental para Lavras Novas**
Amaury Silva
- ✦ **Sonos de Amor**
Elson de Paula e Silva
- ✦ **Felicidade Clandestina**
Fernando Armando Ribeiro
- ✦ **A grandeza esquecida de Nicolau Copérnico**
Luiz Carlos Biasutti
- ✦ **A flor de Eros**
Carlos Roberto Loiola

DEPOIMENTO ESPECIAL

Método preserva dignidade de crianças vítimas de violência

IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA

O projeto de lei (PL) 3.792/15, que cria o Depoimento Especial, um sistema de garantias para crianças e adolescentes que sejam testemunhas ou vítimas de violência, foi sancionado no dia 4 de abril pelo presidente Michel Temer. Com isso, os Tribunais de Justiça de todo o País terão um ano para se adaptar à legislação e criar salas especiais para colher os depoimentos.

De autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), o PL assegura à criança e ao adolescente vítima de violência o direito de ser ouvido em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaços físicos que garantam sua privacidade.

Esses menores não terão contato, nem mesmo visual, com o acusado. As vítimas passam a ser acompanhados por profissionais especializados em saúde, assistência social e segurança pública. Além disso, o poder público poderá criar programas e serviços relacionados ao atendimento integral às vítimas e testemunhas, assim como delegacias e varas especializadas.

A iniciativa, que passou a ser lei, já vem sendo adotada desde 2009 pela Comarca de Muzambinho, no Sul de Minas Gerais, a única do Estado a utilizar esse método. De acordo com o juiz Flávio Umberto Moura Schmidt, o projeto é inspirado no trabalho iniciado na Justiça do Rio Grande do Sul, em 2003.

A comarca fez uma parceria com a Casa Lar, entidade que abriga menores vítimas de violência na cidade, para que as crianças e os adolescentes sejam ouvidos nas dependências da instituição, sem que haja interferência com os abrigados. A expectativa é que a medida seja colocada em prática nos próximos 60 dias.

A assistente social do TJMG que atua em Muzambinho, Elisandra Mirian Medici Neto, informou que o local é equipado com um

moderno sistema de gravação de áudio e vídeo, que registra o depoimento, enquanto advogado, juiz e promotor acompanham a declaração em outra sala.

Durante todo o processo, a criança é acompanhada por um psicólogo ou assistente social. A sala tem as paredes pintadas com motivos infantis e brinquedos para que o ambiente seja o mais acolhedor possível. "Nosso objetivo é não vitimar e traumatizar ainda mais a criança. Por isso, utilizamos uma linguagem adequada e damos a ela todo o suporte emocional para que se sinta à vontade naquela situação", argumentou a especialista.

DIREITOS PRESERVADOS

De acordo com o juiz Flávio Schmidt, o modelo que a comar-

O QUE É?

O depoimento especial permite à criança e ao adolescente vítimas ou testemunhas de violência contar com um sistema de garantias nos inquéritos e no curso dos processos. A norma assegura aos menores o direito de serem ouvidos em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaços físicos que garantam sua privacidade. Esse depoimento será intermediado por profissionais especializados e será gravado em áudio e vídeo. A oitiva tramitará em segredo de justiça.

ca vai adotar é o mesmo utilizado pelo Childhood Brasil, braço da World Childhood Foundation, fundada pela rainha Sílvia, da Suécia, e apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A metodologia prevê que a criança seja o menos invadida emocionalmente durante o processo. Os depoimentos ocorrem em um ambiente acolhedor e com recursos de gravação em vídeo que servem como prova durante o processo de julgamento.

Essas entrevistas fornecem material investigativo para o Tribunal de Justiça e evitam que a criança tenha que testemunhar ou repetir o depoimento diversas vezes e na presença do réu. Desde 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indica esta metodologia como referência para os Tribunais do País.

RESISTÊNCIA

Flávio Schmidt contou que já enfrentou forte resistência por parte de conselhos regionais de classe e outras entidades para o uso do depoimento especial. De 2009 até hoje, o método foi empregado em apenas seis processos na Comarca de Muzambinho. Agora, com a publicação da lei e com a atuação de profissionais, como assistentes sociais e psicólogos, o depoimento especial deve

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Daltoé Cezar, Marleci Hoffmeister e Flávio Schmidt



Sala de depoimento especial em Canoas (RS)

ser adotado em um número muito maior de casos.

Segundo o magistrado, além de preservar a criança, a metodologia garante a segurança jurídica no processo. “O magistrado obtém, com esse método, a certeza absoluta da verdade porque não há a intervenção da máscara no depoimento especial”, disse ele.

“Em um depoimento realizado em uma unidade judiciária, você consegue perceber que a verdade da criança é desvirtuada ou pela vergonha de falar daquela situação ou pelo reflexo do ambiente formal. Em um ambiente lúdico, a verdade aparece naturalmente. Temos a obrigação de evitar mais danos a essa vítima”, afirmou o magistrado.

POLOS REGIONAIS

As expectativas para que o depoimento especial seja colocado rapidamente em prática nas comarcas mineiras são as melhores possíveis. Para facilitar a implantação do método, Flávio Schmidt sugere a criação de polos regionais em

todo o Estado que concentrariam a estrutura física necessária para a realização dos depoimentos.

Por meio de convênios firmados com entidades como conselhos regionais, ONGs e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), municípios maiores abrigariam as salas onde seriam colhidos os depoimentos, e esses locais seriam usados por comarcas menores.

Segundo o magistrado, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, já demonstrou que dará total apoio ao emprego do depoimento especial. “Pessoas que tenham sensibilidade e sentimento de compaixão vão apoiar essa medida. O presidente do Tribunal não vai medir esforços para levar o método às demais comarcas. A Magistratura precisa de líderes assim”, afirmou.

PIONEIRISMO

O desembargador José Antônio Daltoé Cezar, hoje na 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pode ser considerado o pioneiro do depoimento especial no País. Há 14 anos, o magistrado iniciou o então chamado Depoimento Sem Dano quando estava no 2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre.

O magistrado contou que a iniciativa partiu de sua própria experiência, ouvindo desde o início de sua carreira, como juiz substituto na Comarca de Santa Maria (RS), em 1988, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, na forma tradicional.

“Em 2002, em um processo que um adolescente era acusado de praticar violência sexual contra uma menina de seis ou sete anos, não me lembro bem, ela estava muito inibida, desconfortável, triste com aquela situação. Disse então que nunca mais iria repetir aquilo. Então, tive a ideia de comprar uma câmera daquelas de segurança, com o promotor de Justiça João Barcelos de Souza Júnior (hoje desembargador) compramos um gravador

K7 (o mais barato que encontramos), e fizemos a ligação por fio entre a sala de audiência e uma outra sala. Tecnicamente estávamos mal, mas muito melhor do que tomar o relato na forma tradicional. Em 2004, o TJ comprou equipamentos de melhor qualidade”, acrescentou o magistrado.

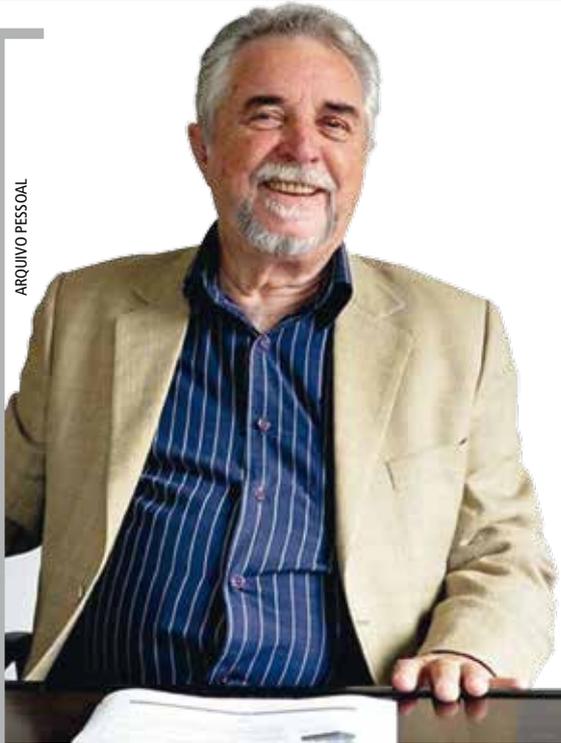
AMPLIAÇÃO

O Rio Grande do Sul já conta com 42 salas destinadas ao depoimento especial. Esse número deve chegar a 70 até o final do ano. Segundo Daltoé Cezar, a grande diferença entre essa metodologia e o depoimento tradicional é a proteção da vítima. “Só olhando as duas maneiras para entender a diferença. A criança recebe em casa uma cartilha, mostrando de forma lúdica como será o seu depoimento”, explicou. A assistente social Marleci Hoffmeister, coordenadora da Infância e Juventude do TJRS, destacou que a diferença entre o depoimento especial e o tradicional está na humanização da escuta.

Segundo ela, na audiência tradicional, a criança ou adolescente não tem garantida uma escuta protegida, as perguntas são constrangedoras, inadequadas e feitas de forma direta. De acordo com Marleci, a estrutura física das salas de audiência, por si só, já desencoraja e amedronta o menor, interferindo consideravelmente no sucesso do procedimento.

Na visão da assistente social, a situação é oposta no que se refere às audiências realizadas pelo depoimento especial. Desde a intimação da criança até o momento de finalizar a escuta, tudo é feito de forma protegida, acolhedora, respeitando seu nível de desenvolvimento e seus sentimentos. “O menor tem sua voz valorizada e sua condição de sujeito de direito respeitada. Ele não é visto apenas como objeto de prova em um processo judicial. Está sendo escutado por um profissional capacitado em técnica de entrevista”, afirmou. ■

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Fernando Humberto dos Santos

Qual a função social do nome?

A história de um nome representa a identificação social do indivíduo. Historicamente, por exemplo, os romanos tinham a necessidade de convocar as pessoas para os exércitos. Já na idade média, o senhor feudal precisava identificar aqueles que contribuíam com o feudo. Era muito comum dizer: fulano filho de ciclano, beltrano que veio de onde e sicrano se parece com isso. Essas comparações foram criando referências sobre as pessoas e os nomes acabaram nascendo assim, como uma forma de identificação do indivíduo na sociedade.

Essa relação do nome com a sociedade mudou?

Com os avanços da sociedade, passamos a ter instrumentos como a certidão de nascimento, carteira de identidade e o cadastro de pessoa física, que são um o registro institucional do cidadão. Com isso, o nome da pessoa, como uma característica própria da individualidade do sujeito, foi ficando cada vez mais restrito ao círculo pessoal. Mesmo assim, apesar de o nome não ter o mesmo peso para a identificação da pessoa na sociedade, como em séculos passados, os indivíduos constroem parte de sua identidade pelo nome.

E quando o gênero, a mudança de sexo, determina a individualidade da pessoa?

A admissão da alteração de nome quando há mudança de sexo é uma questão de dignidade humana. Como o nome também é uma identificação de gênero na sociedade, ele acaba servindo para estigmatizar. É comum as pessoas que mudaram de sexo ficarem constrangidas em locais públicos quando precisam mostrar algum documento de identidade, pois elas têm um sexo aparente pelo qual optaram, mas o nome não corresponde a essa opção. Por isso, a mudança do prenome, para que a pessoa se identifique com a figura física que adotou é uma questão de dignidade humana.

Como o Judiciário lidou com a questão de gênero?

A jurisprudência caminhou lentamente. Primeiro, a cirurgia de mudança de sexo tinha de ser autorizada pelo Judiciário, depois, a exigência era de que a pessoa comprovasse que havia feito a cirurgia, para que fosse feita a mudança de nome. Hoje, basta o indivíduo ter mudado seu modo de ser, sua aparência, a sua identificação para que a alteração no nome seja feita. Até porque aí, a mudança do nome, contribui para a identificação da pessoa.

Qual o caso mais curioso o senhor já julgou?

Quando fui juiz da vara de registros públicos apareceu uma menina de uns 13 anos que tinha o nome de Elestrataela de Quica da Silva. No decorrer da apuração do processo, o promotor perguntou para ela qual a origem do nome.

O pai da garota, um rapaz muito humilde, foi registrá-la num cartório de paz, onde atuavam pessoas mais simples, e disse que ele teria o mesmo nome da avó. Qual o nome da avó? Perguntaram. "Elestrataela de Quica", respondeu. E assim a menina foi registrada. E o novo nome que ela queria adotar era Francisca: exatamente o nome da avó.

A partir de que idade a pessoa pode pedir a mudança de nome?

Ela tem que ter plena capacidade jurídica e, se não tiver, tem que ser representada pelos pais ou responsável legal. Aos 18 anos, quando adquire a maioridade civil, ele tem a possibilidade de, por um ano, procurar diretamente o cartório e requerer a mudança. E se alteração não prejudicar a identificação na sociedade, o próprio cartório faz a mudança. Caso contrário, o cartório levanta uma dúvida ao juiz, que vai examinar o caso. ■

Aposentado há 4 anos, o juiz Fernando Humberto dos Santos foi magistrado por 30 anos, passando pelas Comarcas de Paracatu, Teófilo Otoni e Belo Horizonte, onde atuou por nove anos na Vara de Registros Públicos.

Com sua experiência na Vara de Registros Públicos da capital mineira, o juiz aposentado avalia que a história do nome representa a identificação social do indivíduo, e defende que a alteração de nome, como, por exemplo, quando há mudança de sexo, é uma questão de dignidade humana.

“O nome da pessoa, como uma característica própria da individualidade do sujeito, foi ficando cada vez mais restrito ao círculo pessoal”

“A admissão da alteração de nome quando há mudança de sexo é uma questão de dignidade humana”

Sede campestre é modernizada

Mudança valoriza patrimônio da Associação

Com a conclusão das obras na sede campestre Desembargador José Guido de Andrade, em Juiz de Fora (Zona da Mata), a diretoria da Amagis estuda a adequação das normas de uso do espaço, que, além da modernização e valorização da unidade e do patrimônio dos associados, ganhou uma nova funcionalidade.

A quadra coberta localizada na parte superior da sede, ao lado da churrasqueira, que vinha sendo utilizada para a realização de confraternizações entre a magistratura da região, foi reformada e adaptada definitivamente como um espaço no qual, a partir dos critérios estabelecidos pela Associação, diferentes eventos poderão ser realizados.

AMAGIS



As obras na sede campestre incluíram ainda a adaptação da área de acesso ao novo espaço para pessoas portadoras de deficiência física, procurando melhorar as condições de acessibilidade e uso do local, como tem sido feito nas outras unidades sociais da Amagis que passaram por reformas nos últimos anos, incluindo a sede administrativa, em Belo Horizonte.

PATRIMÔNIO

Como parte das ações voltadas para a valorização do patrimônio dos associados, a diretoria da Amagis autorizou,

em maio, o início das obras de revitalização do edifício Nautilus II, em Cabo Frio (RJ), onde a Associação possui oito apartamentos, com sala, três quartos e dois banheiros para servir aos associados. Um dos imóveis é adaptado para receber pessoas portadoras de pessoas físicas.

No início deste ano, a diretoria da Associação já havia entregado as obras realizadas na colônia de férias de Nova Viçosa (BA), onde a estrutura de quatro casas e muros foram reforçados, além de terem sido instalados bancos de alvenaria e cerâmica na área externa dos imóveis. ■

Colônia da Amagis em Juiz de Fora

Colônia ganha cama especial

Juíza doou cama hospitalar para cadeirantes

Frequentadora assídua da Colônia de Férias de Ubatuba, da Amagis, a juíza Ada Helena Antunes Torres, da Comarca de Juiz de Fora, doou uma cama hospitalar para a unidade localizada no litoral norte de São Paulo, que oferece mais conforto aos cadeirantes.

A magistrada contou que optou pela colônia pela beleza exuberante da região, mas diz que, sempre que viajava para o local, precisava alugar uma cama para sua mãe, que é cadeirante. Ela observou que na gestão do desembargador Nelson Missias de Morais

(2007–2009), a colônia de Ubatuba foi adaptada para receber pessoas portadoras de deficiência, mas que não foi possível construir um quarto para pessoas portadoras de deficiência. "Por isso, ofereci esta contribuição, que viabilizará mais conforto a todos aqueles

que, como a minha mãe, estarão mais bem cuidados em uma cama hospitalar", comentou.

A juíza destacou ainda que a Prefeitura de Ubatuba disponibiliza, gratuitamente, cadeiras anfíbias para que os portadores de deficiência também possam se divertir no mar. ■

CONVÊNIOS E DESCONTOS

★ Drogaria Remediall

Av. Belo Horizonte, 1.119 – Martins Uberlândia

Telefones:

(34) 3224-7200;

(34) 3231-0200

Desconto de 10% em medicamentos éticos; 25% em genéricos; 35% em similar; 5% em perfumaria.

★ Quality Lavanderia

Av. João Chaves, 91 Jardim São Luís Montes Claros

Telefone:

(38) 3224-3333

10% de desconto nos serviços de lavanderia, com a apresentação da carteira de identificação, nas peças: roupas em geral, ternos, vestidos de festa e de noiva, bicho de pelúcia, tênis, cortinas, peças de couro e camurça.

★ Orient Automóveis Peças e Serviços LTDA

Av. Princesa do Sul, 891 – Jardim Andere Varginha

Telefone:

(35) 2105-5400

Desconto na aquisição de automóveis Nissan com faturamento direto de fábrica, de acordo com tabela definida pela montadora.

★ Audi Center BH Raja

Av. Raja Gabaglia, 4.181 – Santa Lúcia Belo Horizonte

Telefone:

(31) 3298-6609

Av. Presidente Antônio Carlos, 6366 Pampulha

Fone: (31) 3401-0101

Aquisição de veículos com descontos: A1 – desconto de 8%; A3, A4, A5, Q3, Q5, TT – desconto de 10%; A6, A7, A8, R8, Q7 – desconto de 12%.

TRE antecipa biometria em BH

Parceria garante instalação de posto de biometria

CLÁUDIA RAMOS / CCS / TRE-MG



A partir deste mês, o BH Resolve, posto de atendimento da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), deverá realizar o cadastramento biométrico dos eleitores da capital mineira. A iniciativa faz parte das parcerias firmadas com as prefeituras, como Betim, Contagem, Uberlândia e Uberaba, nas quais o voto com identificação por biometria será obrigatório a partir da próxima eleição, e busca ampliar ainda mais o cadastramento do eleitorado mineiro.

De acordo com o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho, o objetivo da parceria com a PBH é promover um avanço gradual do eleitorado belo-horizontino com biometria, para

que seja possível alcançar, com tranquilidade, os 100% de eleitores recadastrados, quando o recadastramento biométrico for obrigatório.

Na avaliação do presidente do TRE-MG, a expectativa para o recadastramento é a melhor possível, pois, no BH Resolve, no centro da cidade, há um grande movimento de eleitores. Ele disse ainda que a proposta é ampliar o atendimento para outras regiões como o Barreiro (Oeste) e Venda Nova (Norte). "O prefeito e o vice-prefeito mostraram-se abertos ao diálogo em várias frentes. Tanto que houve a prorrogação da requisição de

servidores da prefeitura que estavam à disposição dos cartórios de BH", comentou.

Domingos Coelho destacou ainda a atuação dos juizes das zonas eleitorais das comarcas do interior para garantir o maior número possível de eleitores habilitados para utilizar a biometria. Além de Betim, Contagem, Uberlândia e Uberaba, que estão fazendo o recadastramento, cidadãos de 363 cidades mineiras estão sendo atendidos pela Justiça eleitoral para fazer a mudança. E nos 80 municípios no quais o voto por esse sistema é obrigatório, a biometria atingiu 100% do eleitorado. ■

Divinópolis ganha novo fórum

Prédio está equipado para melhor atender ao jurisdicionado

TIAGO PARRELA



Magistrados na inauguração do fórum

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 27 de abril, da inauguração do novo Fórum da Comarca de Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas.

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, disse que uma estrutura física adequada para o melhor desempenho dos trabalhos forenses é fundamental para a celeridade Justiça e promoção da cidadania.

No mesmo evento, o desem-

bargador Antônio Carlos Cruvinel e o juiz Marcelo Paulo Salgado, diretor do Foro da Comarca de Divinópolis, foram homenageados. No dia 5 de maio, o presidente Maurício Soares participou da inauguração do Fórum de Patos de Minas, no Alto Paranaíba. ■

RÁPIDAS

★ O desembargador José Afrânio Vilela e o juiz Ernane Barbosa Neves, da Comarca de São João del Rei, foram homenageados, no dia 19 de abril, pela Câmara Municipal de Tiradentes, com o título de cidadão honorário da histórica cidade mineira.

★ O juiz Adriano de Mesquita Carneiro tomou posse, no dia 30 de março, como juiz substituto do TJMG. Ele irá atuar na 3ª Câmara Cível do Tribunal, substituindo o desembargador Maurício Soares, que está licenciado para exercer a Presidência da Amagis.

★ O magistrado Paulo Rogério de Souza Abrantes tomou posse, no dia 4 de abril, no TRE-MG, como membro efetivo na classe de juiz de direito. Eleito pelo TJMG no dia 27 de março, o juiz foi reconduzido ao cargo após ter integrado a Corte Eleitoral no período de 2014 a 2016.

★ O desembargador José Marcos Rodrigues Vieira, integrante da 16ª Câmara Cível do TJMG recebeu, no dia 30 de março, em Brasília, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Superior Tribunal Militar.

★ Nos dias 15 de março e 3 de abril, os juizes Lailson Braga Baeta Neves e Mateus Bicalho de Melo Chavinho defenderam, respectivamente, suas teses de doutorado, que foram aprovadas pela PUC Minas.

Medalha da Inconfidência

Dez magistrados recebem a honraria em Ouro Preto

GEORGIA BAÇVAROFF



Entrega da Medalha da Inconfidência pelo Governo de Minas

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Júnior, foram agraciados, no dia 21 de abril, pelo Governo de Minas, com a Medalha da Inconfidência, durante cerimô-

nia realizada na cidade histórica de Ouro Preto. A entrega da comenda faz parte das comemorações da Semana da Inconfidência Mineira.

Os desembargadores Geraldo Augusto de Almeida, 1º vice-presidente do TJMG, Alberto Henrique Costa de



Veja a relação completa dos agraciados no link <http://bit.ly/2pY0071>

Oliveira, Amauri Pinto Ferreira, Eduardo César Fortuna Grion, Jair José Varão Pinto Júnior e José Geraldo Saldanha da Fonseca; e os juízes Adilon Cláver de Resende e Paulo Rogério de Souza Abrantes também receberam a honraria.

O Grande Colar foi entregue, in memoriam, ao ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e foi recebido pelo embaixador da África do Sul no Brasil, Joseph Mashibye. ■



LEVAR A VOCÊ OS CARROS MAIS SEGUROS DO MUNDO, A VALBORG FAZ DIREITO.



A Valborg é a sua concessionária Volvo em Belo Horizonte e os magistrados associados à AMAGIS têm condições exclusivas. Além da segurança, um Volvo é uma obra-prima do design escandinavo e traz tecnologias inovadoras que colocam você sempre em primeiro lugar. Venha fazer um test drive e desfrute de uma experiência de condução memorável.



Valborg

Av. Barão Homem de Melo, 4360
Belo Horizonte

(31) 3298-2222
www.valborgbh.com.br

@ValborgBH
f/ConcessionariaValborg

Pela vida. Escolha o trânsito seguro.



TRE-MG elege novos presidente e vice

Posse será realizada no fim de junho

No fim de junho, o desembargador Edgard Penna Amorim irá tomar posse no cargo de presidente do TRE-MG, e o desembargador Pedro Bernardes de Oliveira será empossado como novo vice-presidente e corregedor eleitoral do TRE-MG.

Os magistrados foram eleitos no dia 25 de abril, durante sessão da Corte Eleitoral. Edgard Penna Amorim irá substituir o presidente do TRE-MG, desembarga-

CLÁUDIA RAMOS / CCS / TRE-MG



Edgard Penna Amorim, Pedro Bernardes de Oliveira e Domingos Coelho

dor Geraldo Domingos Coelho, cujo biênio termina no final de junho.

Desembargador do TJMG desde 2003, Edgard Penna Amorim é vice-presidente e corregedor eleitoral do TRE-

-MG desde junho de 2016. O magistrado foi professor de Direito Constitucional em cursos de pós-graduação da Faculdade Milton Campos, atuou como procurador da Câmara Municipal de Belo

Horizonte, de 1993 a 1996, e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de 1990 a 2001.

Pedro Bernardes de Oliveira é membro substituto da Corte Eleitoral desde agosto de 2015, e é desembargador do TJMG desde março de 2005. O magistrado atuou como juiz eleitoral em várias comarcas, entre elas Belo Horizonte, entre 1999 e 2000, e também foi professor. ■



PENSANDO EM REDUZIR
SUAS PARCELAS?

REORGANIZE SEU ORÇAMENTO!

Isso é possível com a **Portabilidade de Crédito**. Transfira sua dívida para a Alfa com condições especiais, e veja como é fácil manter as contas em dia.



TAXAS
ESPECIAIS²



PRAZOS
FLEXÍVEIS



ATENDIMENTO
PERSONALIZADO

FALE CONOSCO E **NOSSO ESPECIALISTA VAI ATÉ VOCÊ!**



Acesse
ALFA.COM.BR



Curta
CONSIGNADOALFA



Ligue
(31) 3299-9600

¹ Sujeito a análise cadastral, aprovação de crédito e margem consignável disponível. ² O CET – Custo Efetivo Total – será apresentado pela Alfa na ocasião da contratação. Condições sujeitas a alteração sem prévio aviso. SAC: 0800 725 0044 – e-mail: sacfinanceiraalfa@alfanet.com.br / Ouvidoria: 0800 722 0140 – e-mail: ouvidoria@alfanet.com.br. Exclusivo para deficientes auditivos e de fala: SAC: 0800 770 5244 / Ouvidoria: 0800 770 5140.

LUZ NO FIM DO TÚNEL?

Governo prevê melhoras na economia, mas o mercado financeiro não sinaliza mudanças na mesma direção

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

A leitura das manchetes dos principais jornais e revistas tornou indigesto qualquer café da manhã. Hoje mesmo, dia 11/04/2017, terça-feira, a mídia noticia um pagamento de R\$ 13 milhões ao líder nas pesquisas para as eleições presidenciais de 2018, Luiz Inácio da Silva.

Marcelo Odebrecht, após acordo de delação, em seu primeiro depoimento ao juiz Sérgio Moro, revelou que o ex-presidente, sob codinome 'Amigo', recebeu R\$ 13 milhões, divididos em seis parcelas, entre 2012 e 2013. Os repasses teriam sido feitos ao ex-ministro da Fazenda Antônio Pallocci, preso, atualmente, em Curitiba. Acrescenta, ainda, que R\$ 50 milhões foram destinados à campanha de Dilma Rousseff, por meio do ex-ministro Guido Mantega (Fazenda). Na planilha da Odebrecht, tais pagamentos se acham associados ao "Programa B", referente a Brastilav Kontic, assessor do ex-ministro Pallocci, o 'Italiano'. Sabe-se que o ex-ministro era o principal interlocutor da empresa no governo. De acordo com a divulgação, foram recebidos R\$ 128 milhões em vantagens indevidas.

No referido dia 11, por volta das 16 horas, completando o descalabro obscuro, a que todos assistimos, saiu a lista fatídica do ministro Edson Fachin, com base em 78 delações, determinando a abertura de investigação no Supremo. Reproduzida nos noticiários da noite e nas manchetes dos jornais do dia seguinte, não poupou os demais partidos: são 5 ex-presidentes, 12 governadores de Estado (9 com a investigação remetida ao STJ), 8 ministros do governo, 40 deputados federais, um ministro do TCU e mais de uma centena de pessoas sem foro privilegiado.

Entre vários outros assuntos que causam revolta e indigna-

ção, ganhou também enorme repercussão a prisão temporária de cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, na chamada operação 'Quinto do Ouro', pela suspeita de recebimento de propinas no exercício de suas atribuições. O nome da operação se inspira no imposto cobrado pela metrópole portuguesa – o

base do grave desvirtuamento estaria na sua composição, pois Executivo e Legislativo indicam pessoas que exerceram atividades políticas e não cumprem os requisitos de conhecimento e, sobretudo, de probidade.

Outra manchete assustadora, capaz de embrulhar estômago de avestruz, é que o desemprego dobrou

de 2016 para 13,2% no trimestre, até fevereiro de 2017. O número mais alto já registrado na história do País.

Em três anos, o total de desempregados mais do que duplicou. Em fevereiro de 2014, eram 6,623 milhões de desocupados, contingente que subiu para os citados 13,5 milhões, ou seja, 6,924 milhões a mais. Só na indústria, foram quase 2 milhões de postos de trabalhos fechados no período (-4,3%); na construção civil, -9,7%; na agricultura, -7,45, e nos serviços domésticos, -3,1%.

As dolorosas consequências do desemprego no âmbito familiar são bastante conhecidas. O atual governo, herdeiro de uma massa falida, prevê uma luz no fim do túnel no segundo semestre de 2018. Todavia, os indicadores do mercado financeiro não sinalizam nesse sentido. Voltaram a reduzir a previsão do crescimento econômico para 2017, de 0,47% para 0,41%. Sem crescimento, sabe-se, não há emprego. Que as questionadas reformas, caso aprovadas, sem mais recuos, tenham o condão de resuscitar a economia abalada. Oremos!■

(*) Desembargador

APESAR DA MELHORA DE ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS - QUEDA DA INFLAÇÃO E DOS JUROS -, O MERCADO DE TRABALHO CADA VEZ SE DETERIORA MAIS.

quinto da Coroa, dos mineradores da então colônia.

As Cortes de Contas foram criadas exatamente para fiscalizar os gastos públicos, verificando a adequação dos recursos da sociedade com as necessidades sociais. A elas, cabe assegurar a fiel observância das leis orçamentárias, a legali-

em 3 anos, chegando a 13,5 milhões de pessoas.

Apesar da melhora de alguns indicadores - queda da inflação e dos juros -, o mercado de trabalho cada vez se deteriora mais. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), iniciada pelo IBGE em 2012, o

O ATUAL GOVERNO, HERDEIRO DE UMA MASSA FALIDA, PREVÊ UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018. TODAVIA, OS INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NÃO SINALIZAM NESSE SENTIDO.

dade e a eficiência dos dispêndios públicos e controlar a lisura das atividades financeiras do Estado. Em suma, estar na vanguarda do combate à corrupção, punindo os desvios. A

número de desempregados alcançou 13,5 milhões de pessoas no semestre encerrado em fevereiro passado. A taxa de desemprego saltou de 10,2% no trimestre até fevereiro

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUES



KELLY SANTOS

Direito do turista

A Agência Nacional de Aviação Civil aprovou, em dezembro de 2016, a resolução nº400/2016, que determina os direitos e deveres dos passageiros. As novas regras estão alinhadas com o Código de Defesa do Consumidor. Nossos convidados são o desembargador Ronaldo Claret de Moraes, da 10ª Câmara Cível do TJMG, e Luciana Atheniense, da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-MG. (Foto)

Código Comercial

O Código Comercial sofreu várias alterações ao longo do tempo, por causa da industrialização, expansão do mercado de capitais e inserção no comércio mundial. E uma nova reforma está em andamento no Congresso. Os entrevistados são o desembargador Moacyr Lobato, da 5ª Câmara Cível e Ouvidor do TJMG, e Bernardo Bicalho, presidente da Comissão de Recuperação e Falência da OAB-MG.

Aumento de roubos

O número de roubos em Belo Horizonte, dobrou nos últimos cinco anos. De acordo com o balanço da Secretaria de Estado de Segurança Pública, o número de crimes contra o patrimônio passou de 23.186 ocorrências para 43.120 registros, aumento de 86%. Os convidados são o advogado Luiz Abrita, especialista em Direito Penal, e o major Flávio Santiago, chefe da sala de imprensa da PMMG.

Terceirização

O presidente da República sancionou, no dia 31 de março, a lei da terceirização. O artigo 7º da Constituição Federal assegura os direitos dos trabalhadores e visa melhorias para os mesmos. A terceirização pode ser considerada inconstitucional? Os convidados são o juiz do trabalho Antônio Gomes de Vasconcelos e o advogado Guilherme Cruz, especialista em Direito do Trabalho. ■

Intervenção escolar

O Projeto Intervenção na Escola surgiu em 2015 após a Secretaria de Educação apresentar um diagnóstico de criminalidade no entorno das escolas de Ribeirão das Neves (Grande BH). Vinte e um adolescentes já participaram de audiências e nenhum deles voltou a cometer atos infracionais. A entrevistada é a juíza Livia Lúcia Oliveira Borba, da 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude de Ribeirão das Neves. (Foto)

Sistema Carcerário

O Brasil entrou em 2017 enfrentando uma forte crise prisional e depois viu o ex-goleiro Bruno ganhar a liberdade mesmo condenado a 22 anos de prisão por assassinato. Como lidar com as contradições e ainda tentar recuperar os detentos? Para falar sobre esse assunto, entrevistamos o juiz Gustavo Câmara Corte Real, que é cooperador na Comarca de Vespasiano.

Tribunal da Relação

Há 120 anos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) se transferia da histórica Ouro Preto para Belo Horizonte, capital mineira, construindo trajetória de grandes processos que marcaram o Judiciário do Estado. Para falar sobre o assunto, entrevistamos o desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) e ex-presidente do TJMG.

Execução Penal

A crise no sistema prisional no País expôs um modelo falido e a busca por soluções e alternativas penais. Quais são os novos mecanismos que podem trazer mais eficiência à recuperação dos condenados e ao combate à reincidência criminal? Para falar sobre esse assunto, nosso convidado é o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, titular da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h

JUSTIÇA GRATUITA COM RESPONSABILIDADE CIVIL

Com a facilidade criada pelo legislador, surgiu a figura do demandante aventureiro

ADALBERTO JOSÉ RODRIGUES FILHO*

Desde 1950, com a promulgação da Lei 1.060, nada foi mudado de relevante sobre a gratuidade da justiça. E não é difícil compreender que a realidade daqueles tempos era outra em diversos aspectos. A facilidade criada pelo legislador há mais de 65 anos se tornou no século XXI uma porta escancarada, sem chave ou trinco, criando uma figura que cresce a cada ano: a do demandante aventureiro. E o resultado é prejuízo para o sistema e para os legítimos jurisdicionados.

Pelo modelo atual, o pobre, no sentido legal, não paga as custas, despesas e os honorários advocatícios do procurador da parte contrária, mesmo em caso de total improcedência do pedido. Tal realidade tem feito da postulação com justiça gratuita investimento extremamente atrativo, perdendo o caráter de instrumento de garantia de direito. Aquele que postula com gratuidade não assume qualquer risco. Pode fazer o pedido mais improvável, seja com bons ou maus propósitos. Se perder a demanda, apenas deixou de ganhar. E o demandado fica no prejuízo. Mesmo com a razão reconhecida em juízo, é o único a amargar uma conta a pagar.

Essa realidade tem, sim, incentivado a demanda irresponsável. Há os que postulam sem qualquer perspectiva de provar os fatos que alegam (verdadeiros ou não), à espera de uma revelia ou confissão; os que sabem não ter o direito; e mesmo os que estão em dúvida e usam o Judiciário para simples consulta. Afinal de contas, é grátis mesmo!

É evidente que o acesso à Justiça não pode ser barrado

pela incapacidade financeira do cidadão. A gratuidade é fundamental para a democracia e está no cerne de qualquer perspectiva de garantia a di-

processo judicial, o é, ante as atuais regras da gratuidade da justiça.

Essa opção legislativa tem incentivado a postulação aventureira. Os exemplos são gritantes e crescentes. Assim, seria muito razoável a retirada do crédito por honorários advocatícios sucumbenciais da esfera de

“AQUELE QUE POSTULA COM GRATUIDADE NÃO ASSUME QUALQUER RISCO. PODE FAZER O PEDIDO MAIS IMPROVÁVEL, SEJA COM BONS OU MAUS PROPÓSITOS. SE PERDER A DEMANDA, APENAS DEIXOU DE GANHAR. E O DEMANDADO FICA NO PREJUÍZO”

reitos fundamentais. O que não parece fazer sentido – com a devida vênia – é o fato da condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais estar incluída na abrangência da gratuidade da justiça. A parte beneficiada, mesmo se derrotada na demanda, fica imune à responsabilidade inde-

abrangência da gratuidade de justiça. A razão de existir da gratuidade da justiça é permitir ao menos favorecido o acesso à justiça. Daí ser imprescindível que as custas e despesas sejam abrangidas pelo benefício. Do contrário, o acesso ao Judiciário

estaria sendo tolhido. Mas o mesmo não pode ser dito quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, já que a cobrança desse crédito ocorre apenas após o término do processo, com sentença já transitada em julgado. Portanto, não interfere no acesso à justiça, já que posterior à relação jurídica processual. E essa é uma faceta da responsabilidade civil indenizatória. Não se pode negar que quem causa prejuízo a outrem deve ressarcir o prejudicado.

E a simples situação de pobreza para fins legais não é sinônimo de insolvência. Portanto, caso condenado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, o demandante poderá sofrer regular execução

“ESSA OPÇÃO LEGISLATIVA TEM INCENTIVADO A POSTULAÇÃO AVENTUREIRA. OS EXEMPLOS SÃO GRITANTES E CRESCENTES. ASSIM, SERIA MUITO RAZOÁVEL A RETIRADA DO CRÉDITO POR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS DA ESFERA DE ABRANGÊNCIA DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA”

nizatória quanto aos gastos da parte contrária. Ora, está aqui o exagero. Qualquer pessoa, pobre ou não, está sujeita às regras da responsabilidade civil. A pobreza não é licença para lesão sem indenizatória. Mas, no

por quantia certa. E a penhora certamente não poderá atingir o imóvel de residência e os mais diversos bens que a lei considera impenhoráveis. Nesse contexto, evidencia-se que somente o devedor solvente terá que arcar com os honorários. E para que a con-

denação não atinja o totalmente insolvente, seria razoável prever em norma a proibição de lançamento do nome do devedor em cadastro de inadimplentes.

Deste modo e nessas condições, é de se considerar a importância da retirada dos honorários advocatícios sucumbenciais da abrangência da gratuidade da justiça.

*Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Be-tim. O artigo pode ser lido na íntegra no site <http://bit.ly/2os2RSG>. ■



lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

Ziraldo leva descontração e humor ao Integramagis

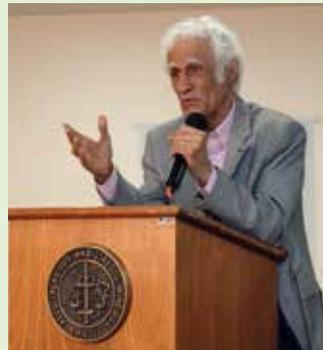
Escritor e cartunista palestrou sobre a velhice de forma irreverente

O clima de descontração sempre foi uma das marcas do Integramagis. Na celebração dos 15 anos do programa, não poderia ter sido diferente. O convidado da noite foi o escritor e cartunista Ziraldo, que, de forma irreverente, falou sobre a velhice e como desfrutar desse momento.

Aos 85 anos, o escritor, que é natural de Caratinga (Leste do Estado), abordou o tema a partir de sua experiência e disse que a velhice é uma das coisas mais surpreendentes da vida.

Para ele, uma das coisas que a pessoa com sua idade deve fazer é se encontrar com a velhice no cotidiano. A outra é entender a chamada melhor idade. "Ninguém pode imaginar a vista que se tem daqui", disse Ziraldo ao comentar o

GEORGIA BAÇVAROFF



Ziraldo durante palestra na Amagis

quanto é possível ter alegrias na velhice.

O escritor comentou ainda sobre o atual quadro pelo

qual passa o País, e disse que, caso seja possível falar em índole, é o temperamento do brasileiro, com sua generosidade, que salva o Brasil.

Ao final da palestra, Ziraldo sorteou livros entre os presentes, doou um exemplar do livro 'Só Dói Quando Eu Rio' para a biblioteca da Amagis, e distribuiu autógrafos e conversou como os associados. O vídeo com a apresentação do escritor está disponível no site amagis.com.br. ■

Amagis Saúde busca aperfeiçoamento em seminário

Desembargador Renato Dresch falou sobre a judicialização da saúde



Marina Shizuko e Renato Dresch

A Amagis Saúde participou do 8º Seminário da Unidas, realizado em Brasília, nos dias 10 e 11 de abril. O objetivo é o de garantir a qualidade do atendimento que colocou o plano de saúde da Magistratura mineira entre as dez melhores operadoras de autogestão médico-hospitalar do País, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde.

O encontro abordou os principais desafios enfrentados pelas operadoras de autogestão em saúde suplementar. A programação inclui discussões sobre

ferramentas para o aprimoramento da gestão, tecnologia a serviço da prevenção e o cenário geral da saúde no Brasil.

O desembargador Renato Dresch, coordenador do Comitê Executiva Estadual da Saúde e Membro do Comitê Executivo Nacional da Saúde do CNJ, palestrou sobre "Medidas de Otimização da Judicialização da Saúde". A coordenadora de Saúde, Marina Shizuko, foi designada pela Associação para participar do evento com objetivo de implementar novas práticas de gestão na Amagis Saúde. ■

Programa faz 15 anos de integração da classe

Integramagis promove a saúde e convivência entre magistrados

A Amagis e a Amagis Saúde celebraram, no dia 27 de abril, os 15 anos do Integramagis, projeto criado em 2002, que, na contramão da chamada medicina tradicional, já demonstrava a preocupação com a prevenção da saúde e bem-estar da Magistratura e seus familiares.

O Integramagis foi idealizado pelo juiz aposentado José Pedro Mendes do Valle, entre os anos de 2001 e 2002, e foi lançado em agosto de 2002 na gestão do presidente Doorgal Borges de Andrada (2002-2003), cujo vice-presidente de Saúde era o então juiz Tiago Pinto (hoje desembargador).

Na abertura da solenidade, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, saudou os criadores do programa que, na avaliação dele, é uma referência de integração com a qual se fortalece o associativismo mineiro. Maurício Soares destacou ainda a evolução da Amagis Saúde em 40 anos. "Crescemos e consolidamos o plano de saúde da Magistratura mineira e ultrapassamos a barreira de nosso Estado, com a ampliação para outros estados, por meio da criação do plano Amagis Saúde Grupo de Estados, com abrangência para, além de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo".

Homenageado durante a celebração, Mendes do Valle disse que havia uma necessidade real para a criação do programa. "O juiz não poderia ser uma ilha cercada de processo por todos os lados. E nós queríamos acabar com isso", disse.

Do lançamento até a celebração de seus 15 anos, o Integramagis foi marcado pelo clima de descontração, conquistando frequentadores assíduos, como o desembargador João Quintino Silva, que participa dos eventos promovidos pelo Integramagis desde a primeira edição. Para João Quintino, o programa foi criado para realmente unir a magistratura. "Hoje ele é um evento indispensável para nossa alegria de magistrado", comentou.

Luzia Peixôto, José Pedro Mendes do Valle e Maurício Soares

GEORGIA BAÇVAROFF



Ao longo dos anos, o programa que reuniu a Magistratura mais de uma centena de vezes, também foi realizado em comarcas do interior de Minas, como Poços de Caldas, Uberlândia, Montes Claros, Divinópolis, Governador Valadares, Patos de Minas, Juiz de Fora, Uberaba, Ipatinga e Passos.

Além de promover a integração da Magistratura, o Integramagis foi também pioneiro na promoção, atenção e prevenção da saúde. Na avaliação da vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luiza Peixôto, instalou a política de incentivo à qualidade de vida aos associados da Amagis Saúde, que se expandiu com a criação do programa 'Amor à Vida'. "A Amagis Saúde

começou com o Integramagis e está aprimorando suas ações na prevenção da saúde cada vez mais", afirmou.

Com uma equipe formada por especialista em cardiologia, endocrinologia, geriatria, fisioterapia e nutrição, o 'Amor à Vida' amplia a proposta do Integramagis, oferecendo atendimento da equipe multidisciplinar na sede da Amagis.

A comemoração dos 15 anos do Integramagis teve como convidado especial o cartunista, escritor, humorista e jornalista Ziraldo – criador do clássico 'O Menino Maluquinho' e um dos fundadores e diretores do polêmico jornal tabloide 'O Pasquim' (1969/1991) (*leia mais na página 23*). ■